

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 111.307 - CE (2019/0105155-1)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : YAGO THALISON TAVARES DOS SANTOS E SILVA
(PRESO)
ADVOGADOS : FRANCISCO HELDER RIBEIRO DE ALBUQUERQUE E
OUTRO(S) - CE025610
RAFAEL RAMON SILVA LIMA UCHOA - CE031806
RAFAELA SILVA LIMA - CE037323
AURILIA TAYANNE SERGIO ALENCAR - CE037922
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

O paciente alega sofrer constrangimento ilegal em decorrência de acórdão prolatado pelo Tribunal *a quo* no Habeas Corpus n. 0620355-76.2019.8.06.0000, em que **foi mantida sua prisão preventiva**.

Depreende-se dos autos que o recorrente foi preso em flagrante em 29/3/2018 e, posteriormente denunciado, pela suposta prática do delito tipificado no art. 33, *caput*, c/c o 40, VI, ambos da Lei n. 11.343/2006, quando trazia consigo 410 g de crack, 2 g de maconha e a quantia de R\$ 122,00 (fl. 20). A prisão em flagrante foi convertida em preventiva para garantia da ordem pública (fls. 42-43). Posteriormente, adveio sentença condenatória (fl. 49).

Consoante consulta ao sítio eletrônico do Tribunal *a quo*, verifica-se que após o julgamento da apelação, **foi interposto, em 16/7/2019, recurso especial pela defesa do paciente**, de maneira que houve o **esgotamento das instâncias ordinárias**.

A esse respeito, no julgamento do HC n. 126.292/SP, o Supremo Tribunal Federal decidiu que "a execução provisória de acórdão penal condenatório proferido em grau de apelação, ainda que sujeito a recurso especial ou extraordinário, não compromete o princípio constitucional da presunção de inocência afirmado pelo artigo 5º, inciso LVII da Constituição Federal" (HC n. 126.292/SP, Rel. Ministro Teori Zavascki, Tribunal Pleno, DJe 17/5/2016).

A matéria foi objeto de novo exame pela Corte Suprema, em 5/10/2016, **nas Ações Diretas de Constitucionalidade n. 43 e 44**, ocasião em que o Plenário, ao indeferir a tutela cautelar, **conferiu interpretação**

Superior Tribunal de Justiça

conforme ao art. 283 do Código de Processo Penal ("Ninguém poderá ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, em decorrência de sentença condenatória transitada em julgado ou, no curso da investigação ou do processo, em virtude de prisão temporária ou prisão preventiva") para assentar que **encontra guarida no texto constitucional o início da execução da pena após prolação de acórdão condenatório.**

Tal entendimento foi reafirmado no julgamento, em 10/11/2016, do **ARE n. 964.246/SP, examinado sob a sistemática da repercussão geral**, instituto inserido no contexto da objetivação do controle difuso de constitucionalidade, dado que a decisão valerá para todos os recursos sobre matéria idêntica, consoante disposto nos arts. 1.039, *caput* e parágrafo único, e 1.040, I, II e II, ambos do Código de Processo Civil, **de maneira a conferir eficácia *erga omnes* e vinculante à decisão do Supremo Tribunal Federal proferida em recurso extraordinário.**

Portanto, consoante o entendimento firmado pelo Pretório Excelso, "a execução provisória de acórdão penal condenatório proferido em grau recursal, ainda que sujeito a recurso especial ou extraordinário, **não compromete o princípio constitucional da presunção de inocência afirmado pelo artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal**" (ARE n. 964.246/SP, Rel. Ministro Teori Zavascki, Tribunal Pleno, DJe 25/11/2016, destaquei).

À vista do exposto, é cabível a execução imediata da pena, não havendo mais que se falar na análise dos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal, razão pela qual, com fundamento no art. 34, XX, c/c o art. 246, ambos do RISTJ, **julgo prejudicado** o recurso em habeas corpus, pela perda superveniente de seu objeto.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**